

Parecer nº 155/98

Data: 1998.11.25

Processo nº 438

Requerente: Maria do Céu Ortiz Botelho Lima Santos

O pedido

1. Em 6 de Março de 1998, a requerente solicitou à Caixa Geral de Aposentações informação da data de aposentação do subscritor daquela Caixa, Sr. António Pedro Louro Fiéis, bem como da data de comunicação da referida aposentação ao Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior, instituição onde aquele era funcionário.

Tal pedido deve-se ao facto de, em concurso interno geral de ingresso para provimento de um lugar de chefe de repartição, válido até 16/6/1997, ter ficado classificada em terceiro lugar, imediatamente a seguir ao Sr. António Pedro Louro Fiéis, entretanto aposentado.

Em 24/3/98, a Caixa Geral de Aposentações informou a requerente que: “nos termos do nº 2 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, o direito de acesso aos dados pessoais é reservado à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal, neste caso, mediante autorização escrita da pessoa a quem os dados se refiram (al. a) do nº 4 do artigo 8º), ou após parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos da Administração (CADA)

- “nestes termos, não é possível atender ao que solicita”.

2. Em face da resposta da Caixa Geral de Aposentações, a requerente, em 12 de Agosto de 1998, veio solicitar à CADA “parecer favorável ao pedido efectuado à Caixa Geral de Aposentações de declaração da data de aposentação do subscritor Sr. António Pedro Louro Fiéis, bem como da comunicação da mesma à respectiva Instituição, dado o seu interesse directo e pessoal, como comprova nos documentos anexos”.

O Direito

3. Desde logo cumpre referir que o requerimento apresentado não vem reclamar de qualquer decisão da Caixa Geral de Aposentações, pelo que não se aplica o disposto no nº 1 do artigo 16º da Lei 65/93, de 26 de Agosto, mas tão só solicitar parecer à CADA; aliás, a própria resposta que a Caixa Geral de Aposentações deu à requerente em 24 de Março de 1998, ao invocar a necessidade de solicitar “parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos da Administração (CADA)”, sugere que a requerente a tal proceda, o que pode fazer a todo o tempo.
4. Quanto ao pedido de informação à Caixa Geral de Aposentações das datas de aposentação do Sr. António Pedro Louro Fiéis e de comunicação da referida aposentação ao Hospital Dr. José Maria Antunes Júnior, verifica-se que:
 - 4.1. As informações solicitadas referem-se a documentos detidos por um Órgão de Estado no exercício de funções administrativas (artigo 3º da Lei 65/93)
 - 4.2. Os documentos administrativos solicitados não têm natureza nominativa já que não contêm dados pessoais, ou seja, informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada (artigo 4º da Lei 65/93).
 - 4.3. Os documentos administrativos solicitados não se referem a processo não concluído nem a inquéritos ou sindicancias (nºs 5 e 6 do artigo 7º da Lei 65/93).

5. Assim, estamos perante documentos administrativos não nominativos cujo direito de acesso pode ser exercido por qualquer cidadão.

III – Parecer

Nestes termos, somos de parecer que a Caixa Geral de Aposentações deve permitir o acesso aos documentos solicitados pela requerente, nos termos do artigo 12º da Lei nº 65/93.

Lisboa, 25 de Novembro de 1998

Gameiro dos Santos (Relator) - *José Magalhães* - *Silva Marques* - *Narana Coissoró* - *João Figueiredo* - *Vasco Almeida* - *Francisco de Brito* - *José Renato Gonçalves* - *Branca do Amaral* - *João Labescat* - *Castro Martins* (Presidente)